



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

ANTICAPITALISMO E SERVIÇO SOCIAL

KELLY RODRIGUES MELATTI¹

RESUMO:

Este trabalho apresenta parte do resultado de pesquisa de doutorado, promovendo reflexões acerca da relação entre o Anticapitalismo e o Serviço Social. Iniciando por explicar o termo 'anticapitalismo', a pesquisa concluiu que há interfaces entre as pautas das lutas anticapitalistas e a agenda política do Serviço Social brasileiro, no registro da sua permanente ruptura com o conservadorismo.

Palavras chaves: Serviço Social. Anticapitalismo. Projeto Profissional. Projeto Societário.

ABSTRACT:

This work presents the results of doctoral research, promoting reflections on the relationship between Anticapitalism and Social Service. Starting by explaining the term 'anti-capitalism', the research concluded that there are interfaces between the agendas of anti-capitalist struggles and the political agenda of Brazilian Social Services, in the record of its permanent rupture with conservatism.

Keywords: Social Work. Anti-capitalism. Professional Project. Societal Project.

1. INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, apresentamos parte dos resultados da pesquisa de doutorado², apresentada em 2022, que objetivou compreender a relação existente entre anticapitalismo e Serviço Social.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

² Resultados da pesquisa de doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social – PUC/SP.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O tema da pesquisa se mostrou relevante em face da realidade, pois, vivenciamos processos históricos do capitalismo destrutivo que impacta a vida humana a natureza, com características cada vez mais degradantes, tanto proveniente das relações econômicas como, também, dos modos de vida e da sociabilidade própria do estágio de desenvolvimento do capitalismo neoliberal do século XXI.

O capitalismo, para se reproduzir, precisa manter sua busca incessante e permanente pelos superlucros, não há quem o viva e não sinta, em algum momento, os seus excessos e a sua violência. Contrapor-se, portanto, a essa forma de organização das relações sociais e a esse modelo degradante da vida tem se tornado, cada vez mais, uma estratégia de sobrevivência. Por essa razão, a luta anticapitalista (ou seja, contra o capitalismo) se configura como alternativa em face da barbárie que se instalou pelo mundo com níveis cada vez mais alarmantes.

Frente a esse quadro, o anticapitalismo se põe como uma forma de agir no mundo contemporâneo e, com isso, se configura numa potente estratégia de luta frente à degradação da vida. O anticapitalismo tem sido um tema evocado por muitas vozes e marca, significativamente, a contemporaneidade, angariando adeptos/as que, dentre outros aspectos, não se calam frente às injustiças e desigualdades sociais; frente à concentração de riqueza na mão de poucos e em contraponto ao aumento da pobreza e da miséria; frente à exploração dos recursos naturais, a qual deteriora as condições de existência da vida – em seu sentido pleno.

O Serviço Social brasileiro se localiza no campo das resistências – especialmente, no seu legado de mais de 40 anos de ruptura com o conservadorismo –, pois, enquanto profissão e área do conhecimento, se coloca no campo da indignação frente aos impactos do capitalismo na vida da classe trabalhadora e na sua trajetória de busca por emancipação.

Essa postura anticapitalista, no sentido da indignação em face das desigualdades sociais, que marca o Serviço Social brasileiro, se expressa na maturidade teórico-metodológica da produção do conhecimento, na dimensão ético-política que circunda valores e princípios profissionais, nas normas e legislações que regulam o trabalho profissional no Brasil, entrelaçando as conquistas profissionais com as conquistas da classe trabalhadora brasileira. Há histórico da presença de assistentes sociais nas lutas contra a Ditadura Militar, pela democratização do país, há empenho e disputas desta categoria nas formulações da Constituição Federal (CF) de 1988; das legislações infraconstitucionais de garantia de direitos, como é caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990; da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993; Lei Orgânica da Saúde (LOS), em 1990; há uma presença implicada na construção e na defesa do

Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dentre tantos outros exemplos.

A direção sociopolítica que localiza o Serviço Social brasileiro no campo da resistência e das lutas pela emancipação é a direção de ruptura com o pensamento conservador. Se a realidade social, no contexto da crise capitalista em seu estágio cada vez mais destruidor das possibilidades de vida e de existência humana, inspira lutas anticapitalistas por parte de sujeitos que se indignam frente às mazelas provocadas por esse modo de produção e reprodução social, o legado histórico do Serviço Social brasileiro também o coloca nesse lugar, cuja inspiração anticapitalista (em suas variadas expressões) está presente, provocando e sendo provocada pelas exigências de luta e resistência do tempo presente, construindo história e demarcando a direção política que articula o projeto profissional ao projeto societário de luta contra o capital.

Mas, afinal, do que se trata esse anticapitalismo? Não nos parece suficiente demarcar a filiação a esse campo sem, contudo, falar sobre o que significa e sem problematizar como se expressam as críticas ao modo de produção capitalista numa sociabilidade que se dá sob a sua vigência e hegemonia. Perguntas de como as lutas anticapitalistas podem contribuir para desvelar as desigualdades e os antagonismos que fundam a sociedade burguesa e sobre quais são as características e as potências das lutas anticapitalistas em face da barbárie cada vez mais instalada na cotidianidade da classe trabalhadora nos parecem profícuas para as reflexões em curso no Serviço Social na contemporaneidade, desvelando como o Serviço Social inspira e é inspirado por essa postura de crítica diante do mundo capitalista.

A tese de doutorado, impulsionada, sobretudo, por essas indagações, buscou na pesquisa bibliográfica e documental a linha metodológica de seus percursos e, agora, divide parte de suas descobertas.

2. ANTICAPITALISMO: tendências teórico-políticas e as disputas no interior do Serviço Social brasileiro.

O anticapitalismo, a princípio, pode se apresentar como um termo autoexplicativo, cujo significado de contraposição ao modo de produção capitalista esteja evidente no sentido de nomear toda e qualquer ação política que se coloque em campo contrário aos valores e ideias burguesas. Em parte, essa explicação é correta, pois, o prefixo “anti” significa, de fato,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

oposição/contrariedade. Logo, ser anticapitalista poderia significar ser contra o capitalismo, ou se opor a ele.

No entanto, esse termo ganha um pouco mais de complexidade quando se identifica, na realidade social, múltiplas vertentes com uma diversidade de valores, ideias, e princípios que sustentam descontentamentos de várias ordens (em forma de crítica radical ou não) direcionados ao modo de vida instituído pela hegemonia da sociabilidade burguesa.

A primeira sentença que a pesquisa de doutorado concluiu foi a de o anticapitalismo, que trafega numa linha tênue entre suas dimensões política e teórica³, concentra inúmeras polêmicas para sua compreensão. Um dos principais autores que se dedica ao estudo sobre o anticapitalismo, Michael Löwy⁴ (2018), além de outras, já apresenta uma polêmica importante, ao considerar o anticapitalismo como uma visão social de mundo. No nosso entendimento, ainda que guardando contradições, trata-se de uma explicação capaz de oferecer um ponto de partida para desvelar o que é o anticapitalismo e, tendo como diálogo, as críticas de Iasi (2014), concluímos que, o anticapitalismo representa uma visão social de mundo, produto histórico das relações sociais constituídas a partir da consolidação do capitalismo, que manifesta, de diferentes formas, um conjunto de ideias, valores e princípios que se contrapõem à lógica burguesa.

A compreensão do anticapitalismo como uma visão social de mundo abre a possibilidade de compreender que há uma multiplicidade de vertentes em seu interior – que podem ir de um capo progressista até um campo reacionário, que podem abarcar críticas ambientalistas, estruturalistas, militar/imperialistas, ao papel do Estado, à desigualdade social, às contradições de classe no interior do capitalismo, em múltiplas concepções.

Mas, há autores que vão delimitar esse campo do anticapitalismo, sobretudo pela corrente que objetiva identificar o que unifica essa visão social de mundo. Conforme nos aponta Wright (2019), essa noção unificadora é a centralidade na defesa dos valores de igualdade/justiça, democracia/liberdade e comunidade/solidariedade. Para o autor,

O anticapitalismo se baseia, em grande parte, na afirmação de que o capitalismo – enquanto forma de organização de um sistema econômico – impede a realização máxima

³ Não há como separar teoria de política, no entanto, do ponto de vista das lutas anticapitalistas há que se registrar que há particularidades importantes em cada uma dessas dimensões. Fazemos essa afirmação recorrendo à Coutinho (1991), quando menciona o pluralismo nas suas dimensões políticas e teóricas, não estabelecendo hierarquizações entre elas, mas, ao mesmo tempo, indicando diferenciações importantes nesses dois campos.

⁴ Apresenta sínteses de seus estudos sobre anticapitalismo em várias obras, sobretudo nas que produz em conjunto com Robert Sayre (Löwy & Sayre, 2015 e Löwy & Sayre, 2021) mas, nesse momento, indicamos como aprofundamento o texto *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento* (Löwy, 2000) que é onde explica o conceito sobre visão social de mundo.

possível desses conjuntos de valores: igualdade/justiça; democracia/liberdade e comunidade/solidariedade (WRIGHT, 2019, p. 45).

Também, na leitura de Wood (2003), observamos a afirmativa de que os movimentos anticapitalistas se unificam na luta em defesa da justiça social, da paz, da democracia, do meio ambiente sustentável, mas, ao mesmo tempo, se diferenciam em relação a “contra o quê” lutam. Segundo a autora, a postura anticapitalista contempla um leque amplo de tendências que vai desde os “socialistas que querem substituir completamente o sistema aos críticos que o veem como o único ‘jogo’ disponível e desejam apenas que os capitalistas sejam mais humanos e mais socialmente responsáveis” (WOOD, 2003, p. 37).

As características que diferenciam as vertentes anticapitalistas têm relação com as diferentes leituras existentes sobre o próprio capitalismo. Explicar o anticapitalismo, necessariamente, perpassa pelas diferentes lentes para apreender suas configurações históricas e pelas diferentes formas de se opor a ele.

Enquanto possibilidades revolucionárias, reformistas ou, até mesmo, conservadoras, o anticapitalismo pode se expressar de diferentes maneiras. A depender de como se entende “contra o que lutar”, a visão social de mundo anticapitalista apresenta, historicamente, diferentes estratégias de ação política. A pesquisa, cujos resultados estão apresentados aqui, buscou, na literatura do campo marxista, alguns(mas) autores(as) que trabalharam especificamente o tema do anticapitalismo.

Um deles, Wright (2019) chama a atenção para cinco lógicas estratégicas com que o anticapitalismo se expressou na história, sendo elas: “destruição do capitalismo; desmantelamento do capitalismo; domesticação do capitalismo; resistência ao capitalismo e fuga do capitalismo” (WRIGHT, 2019, p. 62). Para o autor, compreender essas características é fundamental para “combiná-las”, quando necessário e em favor das estratégias de lutas anticapitalistas.

Löwy e Sayre (2015) vão adentrar ao tema do anticapitalismo associando-o ao movimento do romantismo (o anticapitalismo romântico), identificando uma variedade de expressões também nesse campo – não há só anticapitalismos progressistas e revolucionários, mas, também, vertentes reacionárias e conservadoras. Para eles, há uma identidade entre os termos anticapitalismo e romantismo, pois, consideram que o romantismo, também enquanto visão social de mundo, expressa o desconforto frente à sociedade moderna, consolidada a partir do modo de produção capitalista, que introduz na realidade formas de produção e reprodução da vida social, nos aspectos mais amplos que essas dimensões possuem e, portanto, é necessariamente,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

anticapitalista. Para esses autores, há seis tipos de romantismos, a saber: 1) Romantismo restitucionista; 2) Romantismo conservador; 3) Romantismo fascista; 4) Romantismo resignado; 5) Romantismo reformador; 6) Romantismo revolucionário e/ou utópico. Sobre o tipo “revolucionário e/ou utópico”, estabelecem mais cinco divisões: a) jacobino-democrática; b) populista; c) socialista utópico-humanista; d) libertária; e) marxista.

Outro autor que trabalha o tema, na linha de conhecer “contra o que lutar”, Harvey (2016), apresenta sua obra: *17 Contradições e o Fim do Capitalismo*, que aborda o capital sob 17 expressões das contradições a ele inerentes e indica que essas contradições precisam ser explicitadas e alargadas para estabelecermos o fim do capitalismo.

Opor-se às aparências do capitalismo, com vertentes que nem sempre se figuram, de fato, como “anti” capital e, inclusive, propõem políticas errôneas em face de interpretações também errôneas, que podem levar “ao aprofundamento, e não o alívio, das crises de acumulação do capital e da miséria social que vem com elas” (HARVEY, 2016, p. 22). Compreender e sustentar argumentos naquilo que, de fato, poderá, no processo histórico, compor as bases materiais para uma real transformação social – o fim do capitalismo – é a tarefa contemporânea dos movimentos anticapitalistas.

Para o pretense movimento “anticapitalista” em formação, é crucial não só compreender melhor aquilo a que deveria se opor, mas também elaborar um argumento claro que explique por que o movimento anticapitalista faz sentido em nossa época e por que é tão imperativo, se o objetivo da maior parte da humanidade é viver uma vida decente nos anos difíceis que estão por vir (HARVEY, 2016, p. 22).

Complementando essas análises com a produção de Wood (2011), observamos que a autora não se deterá a explicar, de forma detalhada, como se constituem ou se caracterizam as diferentes vertentes anticapitalistas, mas trará reflexões importantes sobre “contra o que lutam” ou, em outras palavras, sobre qual leitura de capitalismo se fundam. Para a autora, “a crítica do capitalismo é urgentemente necessária” (WOOD, 2011, p. 14) e o materialismo histórico oferece melhores condições para análise do capitalismo na sua historicidade e, portanto, passível de superação, em contraponto à noção de “fim da história” que, ideologicamente, parece se firmar como verdade absoluta.

Wood (2011) chama a atenção, à vertente do anticapitalismo que se configura na defesa dos Estados de Bem-estar Social ou, no que denominaria Wright (2019) como vertente que visa a “domesticação do capitalismo” – em ambos os casos, não há perspectiva de ruptura com a

superação da ordem e, por esse motivo, podem continuar disseminando conteúdos ideológicos, na medida em que não desvelam as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

o que vemos é uma estranha inversão de posições. Hoje são os ideólogos da ala direita do capitalismo que apregoam suas limitações, enquanto a esquerda descobre novas razões para ter fé na sua capacidade de adaptação. Por trás dessa curiosa inversão talvez se encontre outra mudança estranha: foi o marxismo que denunciou a cruel lógica social do mercado capitalista mascarada pela economia política clássica, mas hoje essa lógica está sendo revelada nas páginas financeiras da imprensa burguesa e pelos economistas da “flexibilidade”, enquanto muitos dos antigos militantes da esquerda marxista se converteram à crença no mercado “social”, um mercado capitalista de rosto humano (WOOD, 2011, p. 246).

O que se pretende não é negar a necessidade e a importância das lutas em defesa de direitos ou, nesse caso, das garantias de condições de existência humana, por meio dos Estados de Bem-Estar Social (e suas ramificações). Essas lutas são fundamentais e devem permanecer no centro das reivindicações. No entanto, quando não reconhecem os limites do capitalismo, não avançam para alcançar outros patamares de consciência social, permanecendo e contribuindo para a permanência ideológica da máxima: “capitalismo como fim da história”, retirando o conteúdo histórico do modo de produção capitalista e o concebendo como natural, permanente e alheio às ações políticas dos sujeitos.

São reflexões importantes as que propõem Harvey (2016) e Wood (2011), mas, se compreendidas descoladas da heterogeneidade que compõe a classe trabalhadora, elas podem apresentar, ao nosso ver, certo limite. As contribuições desses autores aparecem vinculadas a uma concepção marxista que valoriza a dimensão de classe social em detrimento das expressões de etnia/raça e gênero/sexo. Para ambos os autores, essas relações existem, mas, se tornam secundárias frente à necessidade de enfrentamento ao “motor econômico” do capitalismo.

Essa concepção, que aparece nas produções dos dois autores, é indicada por Arruzza (2015) como predominante entre marxistas que privilegiam as relações de classe em face das outras opressões (gênero/sexo e raça/etnia). A autora denomina essa concepção como “Capitalismo Indiferente”, pois, parte do entendimento de que o capitalismo é “indiferente às relações de gênero e pode superá-las de tal forma que o patriarcado como sistema seja dissolvido em países capitalistas avançados, na medida em que as relações familiares sejam reestruturadas de formas bastante radicais” (ARRUZZA, (2015, p. 37).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Há, então, uma vertente anticapitalista que se contrapõe ao capitalismo indiferente e propõe uma análise da luta anticapitalista como uma luta, também e necessariamente, antirracista, antimperialista, ecosocialista e feminista. Essa vertente é defendida no *Manifesto do Feminismo para os 99%* (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), que refuta tanto o reducionismo da esquerda quanto o suposto progressismo neoliberal e tem esse título para chamar a atenção de que a classe trabalhadora é diversa, heterogênea, racializada, generificada e precisa estar o máximo possível contemplada na agenda de movimentos sociais anticapitalistas. Para essas autoras, o capitalismo, sem dúvida, agrega contradições econômicas – de desemprego, fome, crises do mercado – mas, também, contém em si contradições ecológicas, pela exploração do planeta; contradições políticas; contradições de reprodução social, sendo necessário esse reconhecimento para se ver, com nitidez, “contra o que lutar”.

Outro resultado da pesquisa é afirmar que o anticapitalismo é uma visão social de mundo e, como tal, pode expressar conteúdos que reforçam a ideologia que vela a realidade social ou, pode, também, expressar conteúdos que ampliam os processos de tomada de consciência social, numa perspectiva revolucionária de crítica ao sistema. Quando não rompe com as barreiras ideológicas que justificam a permanência do modo de produção capitalista, atua na perspectiva de reatualizar os argumentos para a sua domesticação. O anticapitalismo só expressa seu conteúdo verdadeiramente de oposição e contra o capital (anticapital) quando sabe exatamente contra o que luta e quando se vale de uma teoria social crítica que desvele as contradições e antagonismos das lutas de classe contidos nos aspectos materiais de produção e reprodução social. Somado a isso, é importante que se reconheça o caráter heterogêneo, generificado e racializado da classe trabalhadora e, nesse sentido, a visão social de mundo anticapitalista só será capaz de dirigir a luta revolucionária se for, numa perspectiva de totalidade, ao mesmo tempo, feminista e antirracista.

Aproximando essas explicações do contexto do Serviço Social brasileiro, observamos que essa profissão e área do conhecimento têm elegido, hegemonicamente, a lente anticapitalista para proceder à análise da realidade social, sobretudo no legado da sua Renovação crítica. A indagação em aberto sobre “contra o que se luta” que orienta o Serviço brasileiro em sua crítica anticapitalista é uma problemática a ser compreendida e elucidada, pois, essa crítica direciona seu movimento na história e contribui, seja para a reafirmação do Projeto Ético-Político.

Com tendências teórico-metodológicas em disputa, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro se pôs a questionar o Serviço Social tradicional e as bases de sua gênese. No



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

entanto, não se apresentou homogênea⁵. Todas elas, em alguma medida, na busca por teorizações do trabalho profissional, formulavam caminhos de intervenção frente aos malefícios do capitalismo, seja para aprimorar técnicas que auxiliassem no ajustamento de condutas frente às imposições do capital, seja para compreender as dimensões existenciais dos indivíduos frente às vivências de exploração e opressão; ou, ainda, seja para a formulação de críticas reveladoras das bases materiais que sustentam o modo de produção capitalista e, estruturalmente, fundamentam a desigualdade social.

O Serviço Social brasileiro, enquanto profissão, ao longo de sua trajetória, se insere no contexto das lutas de classes e apreende, em maior ou em menor medida, a depender da correlação de forças políticas, os interesses da classe trabalhadora, muitas vezes, ocultos pela ideologia dominante e, com isso, adere ou impulsiona determinadas visões sociais de mundo que orientam sua ação.

O anticapitalismo é uma dessas visões sociais, vocalizado em distintos projetos societários que rondam o projeto profissional do Serviço Social desde sua gênese. No entanto, o anticapitalismo aparece de múltiplas formas, com perspectivas diferentes, que se apresentam de forma hegemônica ou não; que funcionam para perpetuar as ideologias postas na sociabilidade burguesa ou, em alguns momentos históricos, para contribuir para o processo do seu desvelamento; que buscam o consenso nos conflitos de classe para “apaziguar” as expressões da “questão social”. Ou, ainda, com perspectivas que propõem um desenvolvimentismo na perspectiva de “domesticar o capitalismo” (WRIGHT, 2019) ou que se apropria da crítica da economia política com vistas a superá-lo.

Enquanto profissão, o Serviço Social compõe a divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho, como especialização do trabalho coletivo e é engendrado na lógica do modo de produção/reprodução capitalista em seu estágio monopolista e de suas contradições. Desenvolve-se num cenário em que seus/suas agentes são chamados/as a atender aos interesses de reprodução do capital, cumprindo sua “função social” de harmonizar os conflitos entre as classes sociais e colaborar para a continuidade do processo de exploração e dominação capitalista.

⁵ Tendo, segundo Netto (2011), três principais direções: a perspectiva; a reatualização do conservadorismo e; a perspectiva de intenção de ruptura: que “possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho tradicional e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos” (NETTO, 2011, p. 159).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ao mesmo tempo (e contraditoriamente), o Serviço Social é tensionado pelos interesses da classe trabalhadora, no sentido de responder às suas reais necessidades de sobrevivência e fortalecer suas possibilidades de resistência em face do contexto expropriador e opressivo em que vivem. Como nos indica Iamamoto e Carvalho (2014), a profissão se apresenta com um duplo caráter, indissociável e antagônico entre si: atende aos interesses capitalistas de reprodução da força de trabalho, de modo a torná-la disponível às demandas do processo de produção, e ao mesmo tempo e pela mesma atividade, atende aos interesses de sobrevivência da classe trabalhadora.

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 81).

Se, por um lado, o Serviço Social se desenvolve na construção de respostas profissionais que tendem a reproduzir com maior intensidade o controle e os interesses capitalistas, por outro, pela mesma atividade e ao mesmo tempo, também produz respostas profissionais capazes de ampliar o campo das possibilidades de atendimento aos interesses da classe trabalhadora, ainda que de modo insuficiente ou parcial em face da sociabilidade capitalista vigente.

Sob esse fundamento, o Serviço Social (nas suas dimensões política, de trabalho profissional ou de construção do conhecimento) está imerso na sociabilidade burguesa e, no bojo das contradições e antagonismos capitalistas, constrói/adere coletivamente a valores, princípios ético-políticos, posicionamentos, construção do conhecimento e interpretações teóricas que podem tanto favorecer a reafirmação do contexto de exploração e opressão do modo de produção capitalista, quanto contribuir na construção coletiva de respostas anticapitalistas, ainda que essas respostas se expressem na diversidade que Wright (2019) apresenta como ações de destruição, desmantelamento, domesticação, resistência ou fuga do capitalismo.

As tensões que a conjuntura coloca para o Serviço Social brasileiro, não são estáticas e compõem os movimentos próprios da história e das relações sociais. Elas atendem, ao mesmo tempo e contraditoriamente, interesses antagônicos (do capital e do trabalho), implicando na necessidade de reconhecer que, como nos ensina Yazbek (2014, p. 681),

a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses das classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama. Relação que, como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação.

Há, portanto, uma dimensão política no trabalho de assistentes sociais, tendo seus/suas agentes consciência ou não sobre ela e seu alcance. Ao intervir entre os tensionamentos dos interesses das classes sociais em movimento, o/a assistente social contribui para processos de disputas de poder. Nas palavras de Yazbek (2014, p. 681), interfere na “construção de hegemonia, na condução dos serviços sociais e das necessidades que atendem, bem como dos direitos que asseguram, não apenas como questão técnica, mas como questão essencialmente política, lugar de contradições e resistência”.

Se a direção social do trabalho profissional estiver vinculada aos interesses da classe trabalhadora e em condições mais alargadas das disputas que favoreçam essa perspectiva, “é possível ‘modificar lugares de poder demarcados tradicionalmente’ e não apenas “realizar ‘gestões bem-sucedidas de necessidades, encobertas pelos signos de uma nova legitimação” (YAZBEK, 2014, p. 681-682).

No entanto, essas possibilidades são atravessadas pela conjuntura e a correlação de forças entre as classes sociais que se estabelecem no curso da história. Conjuntura mais adversa às práticas democráticas, como a que estamos atravessando na atualidade, certamente vai expressar maiores dificuldades desse trânsito, ao passo que, um cenário mais aberto para os movimentos sociais e para os avanços das pautas de liberdade e emancipação pode ser potencializador de uma prática profissional que se instale na perspectiva de tensionar os poderes instituídos.

Um dos aspectos importantes do legado da renovação crítica do Serviço Social brasileiro é o reconhecimento sobre quem são os/as seus/suas agentes, identificando como suas demandas e seu pertencimento de classe impactam os rumos e a direção social do projeto profissional. Trata-se de um aspecto que reconhece que “a profissão sempre teve uma dimensão política, e os assistentes sociais, cientes ou não dessa dimensão, sempre a exercitaram em suas intervenções cotidianas” (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 201).

O ideário anticapitalista – nas variantes que o compõem – não é o único vigente no Serviço Social brasileiro, e se viu confrontado pelo avanço do conservadorismo dentro e fora da categoria profissional. As diversas visões sociais de mundo, vinculadas à origem e à consciência de classe,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dão sustentação às disputas de projetos societários, estando presentes, também, no contexto das profissões, haja vista que projetos profissionais não se estabelecem em si mesmos, mas em conexão com projetos societários.

Os projetos profissionais são impensáveis sem esses pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 189).

Sendo assim, ideários liberais/capitalistas; conservadores/reacionários; fundamentalistas; negacionistas; dentre outros convivem com aqueles que se colocam no campo das lutas anticapitalistas, também, no âmbito das profissões. O conservadorismo moral e reacionário somado ao ultraneoliberalismo na conjuntura brasileira são expressões do quanto a visão de mundo de afirmação do capitalismo está em voga e, embora partam de fundamentos diferenciados, o conservadorismo e a perspectiva ultraneoliberal se conectam para fortalecer a reprodução da lógica dominante de aprofundamento da exploração da classe trabalhadora, generificada e racializada.

Não é possível deixar de considerar que o cenário atual empreende um significativo refluxo da esquerda, numa resposta da burguesia nacional que abre uma terceira fase do neoliberalismo no Brasil – o ultraneoliberalismo, com fortalecimento da direita e, especialmente, da extrema direita – que acirra, ainda mais, as marcas vis de precarização das condições de trabalho e da vida da classe trabalhadora.

As condições objetivas e políticas, portanto, do Serviço Social assegurar seu projeto ético-político no registro da permanente ruptura com o pensamento conservador, são desafiadoras. Os campos da formação, do trabalho profissional, da produção do conhecimento e da organização política estão profundamente marcados pela trajetória regressiva da sociabilidade burguesa contemporânea, com traços importantes do neoliberalismo.

O trabalho de assistentes sociais se desenvolve em meio a um paradoxo, – como nos lembra Mauro Iasi (2019), “de ser uma profissão que responde a uma necessidade da ordem burguesa e um campo profissional comprometido com um Projeto Ético-Político que tem por horizonte a emancipação humana”. Somos nós os/as agentes convocados/as a traduzir o não direito, a gerenciar o caos ou, também nas palavras do mesmo autor, correremos o risco de sermos administradores/as “da gestão da precarização do acesso a serviços através de ações públicas

menos identificadas como direitos e mais direcionadas ao controle e minimização dos efeitos da miserabilidade absoluta” (IASI, 2019, p. 433).

As características de rotinização, automação e burocratização do trabalho profissional se apresentam, na realidade, como importantes ameaças ao Projeto Ético-Político hegemônico do Serviço Social. Elas compõem estratégias no contexto de ofensiva capitalista na contemporaneidade e agregam maior precarização das condições de trabalho, da formação profissional e das próprias ofertas em termos de direitos sociais – campo em que, majoritariamente, atuam os/as assistentes sociais.

No entanto, esse dado de realidade não sufoca as experiências de resistência, haja vista a direção política do Serviço Social brasileiro, dada pelas entidades da categoria, pelas produções teórico-críticas, pelos valores ético-políticos que orientam o trabalho profissional e, também, pelo posicionamento político frente à conjuntura e às lutas de classe em curso. Trata-se, portanto, de uma ameaça que encontra resistência, mas que precisa ser alimentada pelo desvendamento crítico das novas situações impulsionadas pela pandemia e pós-pandemia, a serem enfrentadas no retorno ao trabalho presencial e/ou híbrido, situação em curso nesse momento.

Se é verdadeiro afirmar que, na atualidade, o Serviço Social se desenvolve num contexto extremamente regressivo para a emancipação política e humana da classe trabalhadora, em que se escancaram o racismo e o cisheteropatriarcado presentes nos fundamentos da “questão social” brasileira, também é verdadeiro afirmar que o legado de luta e de produção teórico-política crítica da profissão oferece elementos para realizar a leitura da realidade e apontar caminhos para os enfrentamentos necessários.

As respostas profissionais comprometidas com as bandeiras de luta assumidas pelas entidades da categoria contribuem para a defesa da hegemonia do Projeto Ético-Político profissional, ainda que a conjuntura não seja favorável à materialização integral de tal projeto. Não é porque essas bandeiras não atingem e aglutinem a totalidade da categoria que elas não são importantes; pelo contrário, são elas que garantem o contraditório na conjuntura que vivemos e podem concorrer à disputa de projetos não só no interior do Serviço Social, mas também fora dele. Silva (2013, p. 261), ao se referir às bandeiras de lutas assumidas pelo Conjunto Cfess-Cress, Enesso e Abepss, menciona:

é necessário destacar posições e respostas progressistas das organizações da categoria dos assistentes sociais, posicionamentos certamente minoritários no campo heterogêneo das profissões (o que não pode ser desprezado). As bandeiras de luta assumidas pelo conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS, ENESSO, por exemplo, expressam compromissos

concretos na defesa real dos direitos dos usuários, da formação profissional de qualidade e das condições de trabalho dos profissionais de Serviço Social. Trata-se de um erro crasso desconsiderar, subestimar ou simplesmente ridicularizar (e há quem o faça) esse aspecto e a utilidade dele para o acúmulo de forças em processos emancipatórios e de resistência dentro e fora do Serviço Social.

As entidades da categoria profissional possuem especial importância para garantir ao projeto profissional uma direção anticapitalista, no contexto de precarização que circunscreve o trabalho e a formação profissional, especialmente. Se a conjuntura sócio-histórica impõe inúmeras estratégias de precarização da formação e do trabalho profissional e se a conjuntura de ataques e/ou apatia diante da participação política atinge o cotidiano de vida de assistentes sociais em várias esferas, são as entidades da categoria profissional, enquanto sujeitos coletivos constituídos na história do Serviço Social brasileiro, que possuem um potencial de inserir uma agenda anticapitalista para (re)pensar o trabalho profissional e fomentar a participação da categoria nas lutas mais gerais da sociedade.

Concordamos com Ramos e Santos (2016, p. 217) ao afirmarem que “nem de longe isso indica que o conjunto da categoria profissional efetive, em suas trincheiras de atuação, envolvimento, compromisso e participação política compatíveis com um projeto político emancipatório”, pois, o processo de organização política não se dá de forma automática ou instantânea quando nos tornamos assistentes sociais. No entanto, quando as entidades da categoria divulgam bandeiras de lutas conectadas com os reais interesses da classe trabalhadora; quando oferece seminários regionais e/ou nacionais sobre temáticas alusivas a uma profissão posicionada politicamente nas pautas anticapitalistas; quando promove cursos; quando se posiciona frente a conjuntura; quando produz publicações de combate aos preconceitos, em defesa das atribuições e competências profissionais e materiais diversos de orientação profissional, está inserindo na realidade aligeirada da informação superficial e dos conteúdos pragmáticos a possibilidade de alcançar a categoria profissional, em vários aspectos, com conteúdo mais aproximado do legado de ruptura com o pensamento conservador.

Se fizermos o exercício contrário, de imaginar a ausência dessas estratégias e pensássemos em entidades estritamente cartoriais e burocratizadas, veremos que as possibilidades de se contrapor ao conteúdo imediatista e superficial presentes na formação e no trabalho profissional seriam menores. Então, ainda que essas estratégias não alcancem todo o contingente de assistentes sociais brasileiros/as, elas inserem na realidade social a possibilidade do contraponto, da contradição e, portanto, a disputa por meio de conteúdos que desvelam as ideologias postas na realidade social, que tiram do ocultamento as bases das desigualdades



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociais que colocam o “problema social” nos indivíduos, nas famílias, nas mulheres e escondem a exploração e a opressão do modo de produção capitalista.

O projeto profissional colide com o projeto societário neoliberal em curso na realidade brasileira. As tensões oriundas desse processo são inúmeras e os enfrentamentos à precarização da condição de trabalhadores/as assalariados de assistentes sociais, com toda a complexidade que isso detém, faz com que a defesa da profissão, no registro do legado da ruptura com o pensamento conservador, seja um ato de rebeldia coletiva, forjada não de forma endógena, mas com a militância político-profissional de sujeitos históricos – “coletivo que reúne indivíduos reais, com seus sentimentos, necessidades, aspirações e inserção ou não no processo produtivo” (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 223) – que se comprometem com a agenda de luta de movimentos sociais e de outras organizações políticas, unificadas na agenda de um projeto societário com vistas à emancipação.

Há muitas perguntas que se suscitam em face das reflexões aqui contidas, como apresentação sintética de resultado de pesquisa e como necessidade de que sejam aprofundadas. No entanto, algumas afirmações se mostram possíveis, tais como a de que o anticapitalismo se expressa como visão social de mundo no Serviço Social brasileiro em diferentes momentos da sua trajetória histórica e sob variadas inspirações. Na contemporaneidade, no legado de permanente busca de ruptura com o pensamento conservador, o projeto profissional do Serviço Social atualiza sua adesão a essa visão social de mundo quando se propõe tarefas teórico-políticas de superação das desigualdades sociais, que se aprofundam com as crises estruturais do capitalismo.

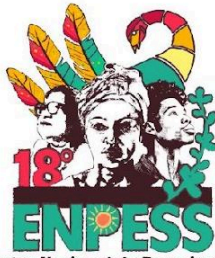
3. REFERÊNCIAS:

ABRAMIDES, Maria Beatriz da Costa. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 4, 1991.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014a.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; SANTOS, Claudia Monica. **A história pelo avesso**: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

IASI, Mauro Luis. **O dilema de Hamlet**: o ser e o não ser da consciência. São Paulo: Viramundo, 2014.

IASI, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira: notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set/dez. 2019

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

LÖWY, Michael. **A Estrela da Manhã**: surrealismo e marxismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia**: o romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Anticapitalismo romântico e natureza**: o jardim encantado. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

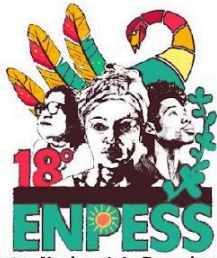
MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, mai/ago. 2020.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

RAMOS, Sâmia Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Projeto Profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

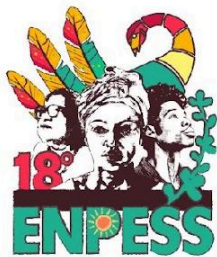
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

WOOD, Ellen Meiksins. O que é (anti)capitalismo? **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 17. 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

WRIGHT, Erik Olin. **Como ser anticapitalista no século XXI?**. São Paulo: Boitempo, 2019.

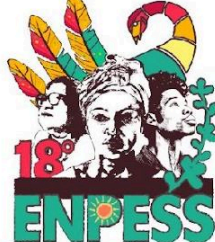
YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, 2014.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**